



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Marcondes Gohn, Maria da Glória

Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970

EccoS Revista Científica, vol. 11, núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 23-38

Universidade Nove de Julho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097002>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

LUTAS E MOVIMENTOS PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DE 1970

Maria da Glória Marcondes Gohn

Doutora em Ciência Política – FFLCH-USP;
Pós-doutoramento em Sociologia – New School for Social Research – New York [EUA];
Especialização em Planejamento Educacional – Unesco (Chile);
Coordenadora – Grupo de Pesquisa Educação Não-Formal, Redes de Movimentos Sociais e Entidades do Terceiro Setor, e Formação do Educador Social-Gruperfe/Uninove;
Pesquisadora I – CNPq;
Docente Titular da Faculdade de Educação – Unicamp e do PPGE da Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]
mgohn@uol.com.br

Neste trabalho, busca-se apresentar parte dos resultados de uma pesquisa sobre lutas e movimentos pela educação no Brasil de 1970 até a atualidade. Para isso, está construído com foco em duplo movimento. No primeiro, faz-se um mapeamento histórico das lutas e movimentos pela educação, formal e não-formal no Brasil, pós- 1970. No segundo, focaliza-se um dos sujeitos da educação – os profissionais da escola básica, atuando via sindical ou não. Neste artigo, analisa-se uma das várias possibilidades de manifestação de um movimento social – aquela que luta pela educação. No mapeamento histórico das lutas e movimentos pela educação no Brasil, destaca-se principalmente a luta dos professores e de outros profissionais da educação da rede pública ocorrida em São Paulo, a partir de 1970, de acordo com momentos da conjuntura política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Lutas pela educação. Movimentos Sociais.

1 A década de 1970

Os anos 1970 deixaram tristes registros na história brasileira: ditadura militar, prisões e perseguições políticas, arrocho salarial, tecnocracia estatal no planejamento etc. No entanto, foi também um período de resistência e construção das bases para a redemocratização: retomada da organização sindical, surgimento de movimentos, comunidades de base nos bairros, movimento pela Anistia, reorganização partidária e criação de movimentos sociais que vieram a ser marcos no processo constituinte dos anos 1980. Tudo isso delineou um cenário de lutas em que a área da educação esteve presente tanto a não formal (no aprendizado político que a participação nas CEBs e movimentos sociais geraram) quanto a formal (pela expansão do ensino, especialmente o ensino superior), e nas lutas das associações docentes de todos os níveis. Logo no início da década, em 1971, promulgou-se uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, destinada à educação básica. Os efeitos da nova institucionalidade fizeram-se sentir na reorganização do movimento docente. Em 1973, ocorre a transformação da Associação dos Professores do Ensino Oficial Secundário e Normal do Estado de São Paulo (Apenoesp) na Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Cláudia Vianna(1999), ao pesquisar sobre a Apeoesp, registra que as formas de representação coletiva dos professores paulistas sofreram muitas transformações até chegar ao modelo Apeoesp, lembrando que os estudos de Catani (1989) localizaram, já em 1902, a presença de organização com objetivo de defesa dos interesses dos professores, a Associação Beneficiente do Professorado Público, em São Paulo, que funcionou até 1919, quando foi fundada a Liga do Professorado Católico, vinculada à Cúria Metropolitana que, nos anos 1930, engajou-se no debate entre católicos e os defensores do ideário escolanovista. No ano seguinte foi incorporada ao Centro do Professorado Paulista (CPP). A Confederação dos Professores Primários do Brasil, criada em 1960, deu origem, em 1980, à Confederação dos Professores do Brasil(CPB) (que só teve densidade nacional após a Constituição de 88)(LUGLI, 1997; VICENTINI, 1997).

Novas organizações surgem nos anos 1970, entre as quais o Movimento de União dos Professores (MUP), em 1976. É interessante que a impossibilidade de formar sindicatos na área dos funcionários públicos, naquela época, levou à formação de vários grupos e tendências dentro do MUP. Pelo menos duas se destacaram: uma de origem trotskista, a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que deu origem ao jornal *O Trabalho* e à tendência estudantil *Liberdade e Luta* (Libelu), e o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (Moap), que passou a se organizar pela base, em núcleos nas escolas. Essas tendências nada mais eram do que reflexo do movimento mais geral dos trabalhadores que, naquele momento, debatia-se sobre as formas de organização do sindicalismo de resistência do ABC, e os grupos das Comissões de Fábrica do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e outras categorias, ou seja, na segunda metade dos anos 1970, a organização dos professores aproxima-se da dos trabalhadores, deixando de ser específica da categoria para ampliar seu escopo, não apenas incluindo outros profissionais da educação, mas também se articulando com as correntes sindicais que vieram dar origem, nos anos 1980, à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e, posteriormente, à Força Sindical e outras centrais. A Apoesp, propriamente dita, foi recriada ou reformatada nessa conjuntura, a partir da Apenoesp (VIANNA, 1999; GOMES, 2003). Nos anos 2000, lideranças do movimento dos professores da época se transformaram em ministros de estado.

O crescimento do papel do Estado na economia, durante os anos do “milagre” e do império da tecnocracia, teve como uma das consequências o aumento do número dos funcionários públicos. Embora a expansão tenha sido maior nos anos 1980, quando o Estado absorveu grandes contingentes de trabalhadores dispensados da indústria e de outros ramos na crise de 1981-1983, o fim dos anos 1970 correspondeu à rearticulação daquela categoria, de forma nova. A novidade ficou a cargo das alterações estruturais, na então escola pública de 1º e de 2º graus, criando uma escola massificada com grande número de funcionários, ou no ensino superior, também ampliado e

massificado, dando origem às associações de docentes, de funcionários etc. (ROMANELI, 1988) O novo sindicalismo do ABC Paulista (Municípios de Santo André (A), São Bernardo (B) e São Caetano do Sul (C)) influenciou as associações dos docentes e os profissionais da área da saúde.

Outro movimento social importante que surgiu na década de 1970 foi o Movimento de Lutas por Creches em São Paulo e em Belo Horizonte, criado em 1979. A origem desse movimento também foi influenciada por fatores estruturais e conjunturais. No estrutural, destacam-se o empobrecimento das camadas populares e a necessidade de as mulheres trabalharem fora de suas casas para completar o orçamento doméstico; no conjuntural, a organização das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, a influência do Movimento Feminista e do da Anistia. Na cidade de São Paulo, a luta pela creche pressionou o Estado, por meio de ações da Prefeitura, a expandir a rede de creches públicas, então com quatro unidades apenas, para 500 unidades.

No plano da educação no meio rural, não se pode deixar de registrar, no fim dos anos 1970, a criação de movimentos no campo que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Vários registros históricos assinalam um evento de 1979, em Santa Catarina, como o início desse movimento no Brasil. De peculiar, destacam-se nos acampamentos dos sem-terra as escolas para os filhos dos ocupantes, em que se procura fazer uma releitura dos ensinamentos prescritos pelos órgãos educacionais brasileiros, segundo a ótica de interesses desse movimento. Destaca-se também a Cartilha de Formação das Lideranças dos sem-terra (CALDART, 1997). Registrem-se ainda as escolas de formação de lideranças, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Finalmente, ainda nos anos 1970, na área da educação, destacam-se a atuação de algumas entidades, a exemplo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em suas reuniões de 1976 a 1980, que representaram momentos de resistência ao regime militar e de contribuição à luta pela redemocratização do País, e a criação de entidades nacio-

nais de pesquisa na área da pós-graduação que se implantara no Brasil, de forma mais estruturada, nos anos 1970. Como exemplos, é possível citar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), em 1977, e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 1976. Em 1978, foi criada a Associação Nacional de Educação (Ande). Entidades voltadas à pesquisa, como o Centro de Estudos Educação & Sociedade (Cedes), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desempenharam papel importante na articulação com a Anped e a Ande na organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBE).

2 Anos 1980 – As lutas pela redemocratização e institucionalização das demandas educativas

Em 1981, ocorreu a fundação da Andes, nascida da união das associações docentes das universidades, principalmente públicas e comunitárias. O ano de 1984 entrou para a história do Brasil como o “da virada”, de total esgotamento do regime militar, com o movimento das “Diretas Já” (vide SADER, 1988). No entanto, ele teve vários antecedentes, entre os quais a luta dos professores. No início dos anos 1980, com a crise econômica e o desemprego, ficou famosa a ação do movimento dos professores, por derribarem as grades do Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, em uma de suas manifestações.

Em 1987, formou-se o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública que teve um papel decisivo no processo constituinte e na elaboração dos artigos relativos à educação na Carta Constitucional de 1988. O lançamento do Fórum foi acompanhado de um manifesto em defesa da escola pública e gratuita e demandou um projeto de educação mais amplo que não se limitasse apenas às reformas no sistema escolar. A descentralização administrativa passou a ser uma das demandas básicas no campo das políticas públicas (HEVIA; NUNES, 1989).

Em 1988, foi lançado, nacionalmente, o Movimento em Defesa da Escola Pública que, em parte, representou, na área da educação, a retomada de movimentos organizados, nos anos 1930, pelos pioneiros da educação, e nos anos 1950, pelos intelectuais nacionalistas do período (FERNANDES, 1966). Esse movimento surgiu da articulação em torno da Constituinte, em seu capítulo da Educação, e se fez necessário ante a exigência constitucional de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Composto basicamente de intelectuais das universidades e de entidades ou de representantes de diversas categorias do magistério, o movimento logrou o apoio de 25 entidades da sociedade civil para a defesa de seu projeto básico. Após oito anos de luta de *lobbies* e pressões contra os parlamentares de Brasília, obteve-se a aprovação de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional.

Com a nova Constituição Federal de 1988, os funcionários públicos adquiriram o direito de se sindicalizar. A Apoesp transforma-se em sindicato. Em 1989, ocorre a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Essa entidade surgiu da união da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) com a Federação Nacional dos Supervisores de Ensino (Fenase), a Federação Nacional de Orientadores Educacionais (Fenoe) e a Coordenação Nacional de Servidores do Ensino Público. A CNTE articulou-se à CUT.

A luta por creches continuou nos anos 1980, de forma diferente. Ela é um exemplo do caráter educativo que as ações coletivas representam para seus participantes. De início, a reivindicação básica era a de creches diretas, construídas e mantidas pelo poder público. A centralidade da luta era atender a mãe, por não ter onde deixar seus filhos para trabalhar. Com o passar dos anos, essa luta perdeu o caráter mobilizatório e a radicalidade inicial, pois várias militantes dos movimentos foram contratadas para trabalhar nas próprias creches. Para essas mães, as questões básicas passaram a ser suas condições de trabalho nas novas unidades de prestação de serviços à população. Entretanto, a alteração nas ênfases das políticas públicas, nos primeiros anos da década

de 1980, de não priorizar as creches diretas, em razão de seus altos custos e da retomada da política dos convênios com entidades filantrópicas e outras, levou ao ressurgimento de outro movimento social, o das creches conveniadas. Houve também um deslocamento do foco central do movimento de creches quanto à reivindicação, antes centrada na figura da mãe, passando para a figura da criança. Essa mudança explica o caráter educativo dado aos equipamentos e o tratamento que as creches, do ponto de vista da educação, passaram a dar à educação infantil de 0 a 6 anos, que deixou de ser um simples problema assistencial, como foi tratada nos anos 1960 e 1970 (ver GOHN, 1985; 2009).

3 As lutas educativas nos anos 1990

Durante os anos 1990, o cenário sociopolítico se transformou radicalmente. Inicialmente, ocorreu um declínio das manifestações nas ruas que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades, nos anos 1980. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal: o regime militar. Na realidade, a partir de 1990 surgiram outras formas de organização popular, mais institucionalizadas, como a constituição de Fóruns Nacionais de Luta pela Educação, pela Moradia, pela Reforma Urbana; Nacional de Participação Popular etc. Esses fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Nesse novo cenário, foram firmadas várias parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do orçamento participativo, a política de Renda Mínima, bolsa/escola etc., criando formas de participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos (GOHN, 2007; 2007b).

Ética na Política foi um movimento ocorrido no início dos anos 1990 e teve grande importância histórica porque contribuiu, decisivamente, para a

D
O
S
S
I
Ê
T
E
M
Á
T
I
C
O

deposição, por meio do processo democrático, de um Presidente da República – por atos de corrupção –, fato até então inédito no país. Além disso, colaborou, à época, para o ressurgimento do movimento dos estudantes com novo perfil de atuação, os “caras-pintadas”. Eles expressaram a retomada do movimento estudantil no Brasil, de forma nova, alegre, descontraída. À moda dos índios, com seus gritos de guerra, os “caras-pintadas” fizeram escola e tornaram-se um estilo de fazer política (GOHN, 2008a).

À medida que as políticas neoliberais avançaram, foram desportando outros movimentos sociais, tais como a Ação da Cidadania contra a Fome, movimentos de desempregados, ações de aposentados ou pensionistas do sistema previdenciário. Algumas dessas ações coletivas surgiram como respostas à crise socioeconômica, atuando mais como grupos de pressão do que como movimentos sociais estruturados. Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990, em razão de sua atuação na política, para criar redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O mesmo ocorreu com o movimento afrodescendente que, além das manifestações culturais, passou a lutar contra a discriminação racial. Os jovens também geraram vários movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, a exemplo dos anos 60 (RIDENTI, 2000). Serão os jovens e os afrodescendentes as categorias principais focalizadas nas políticas educativas denominadas de inclusão social. Cotas para os afros e cursos de inclusão digital para jovens tornaram-se rotinas nas escolas públicas.

Devem-se destacar outros três movimentos sociais importantes no Brasil, nos anos 1990: dos indígenas, dos funcionários públicos – especialmente das áreas da educação e da saúde – e dos ecologistas. O dos índios cresceu em número e em organização nessa década quando passaram a lutar pela demarcação de suas terras e pela venda de seus produtos a preços justos e em mercados competitivos, após terem obtido uma grande vitória na área da educação: a de serem alfabetizados em suas próprias línguas. Essas conquistas, entretanto, têm gerado novos problemas. Os professores índios Maxakalis, de Minas Gerais, por exemplo, passaram a receber salá-

rios, o que resultou numa desorganização do grupo, pois eles, que cultivavam os próprios alimentos, passaram a pagar para outros o seu alimento. A merenda escolar quando chega é distribuída para todos, pois eles são uma sociedade sem hierarquia, com relações de reciprocidade. O *kit* escolar também gerou conflitos, assim como o fato de as escolas serem fora das aldeias (OLIVEIRA, 2006). Observa-se que, no atendimento de demandas, não se respeitou a cultura dos Maxakalis. O mesmo pacote “urbano” foi implantando; no entanto, os índios ressignificaram as práticas.

Os ecologistas proliferaram após a conferência ECO 92, dando origem a muitas Organizações Não-Governamentais (ONGs). Aliás, tais organizações passaram a ter muito mais importância nos anos 1990 do que os próprios movimentos sociais. Trata-se de ONGs diferentes das que atuavam nos anos 1980 com os movimentos populares, tanto que são inscritas no universo do Terceiro Setor, voltadas para a execução de políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, atuando em áreas em que a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente, como na educação e saúde para clientelas como meninos e meninas que vivem nas ruas, mulheres com baixa renda e catadores e reciclagens de papéis. A nova LDB de 1996, ao incluir temas novos como os transversais deu espaço à articulação, no currículo das escolas, entre práticas sociais e o ensino, e a questão do meio ambiente ganhou destaque.

Os sindicatos na área da educação básica, de uma maneira geral, alteraram muito lentamente suas práticas, apesar de terem crescido numericamente. No fim dos anos 1990, a CNT congregava mais de 30 entidades estaduais e abrangia cerca de dois milhões de trabalhadores, dos quais 600 mil sindicalizados (vide GADOTTI, 1998; 1999). Ações para intervir efetivamente em espaços e fóruns institucionalizados, a exemplo dos Conselhos Municipais de Educação, Conselhos da Alimentação Escolar e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), foram poucas. Em geral, as atribuições dos conselhos têm sido vistas pelos sindicatos dos professores como políticas para

D
O
S
S
I
Ê
T
E
M
Á
T
I
C
O

desonerar o Estado de sua obrigação com as áreas sociais; iniciativas para privatizar a educação por meio da transferência de suas responsabilidades, principalmente de ordem financeira, para a própria comunidade administrar a ‘miséria’ ou criar/tomar iniciativas para resolver os problemas, utilizando-se de parcerias, doações, trabalho voluntário etc. Também não creem na possibilidade de os conselhos serem canais da sociedade civil para intervir na gestão pública por meio de parcerias com o Estado, objetivando a formulação e o controle de políticas sociais.

As reformas governamentais que, progressivamente, retiraram direitos sociais, reestruraram as profissões e arrocharam os salários em nome da necessidade dos ajustes fiscais, gerando reações na área da educação (GENTILI, 1995; SOUZA; SANTANA; DELIUZ, 1999). Houve diversas mobilizações e greves contra as várias etapas da Reforma da Previdência dos funcionários do setor público. Na universidade pública, os sindicatos e associações docentes não conseguiram contestar as políticas neoliberais, e as reformas foram promulgadas. A expansão do ensino superior privado, em que a organização docente é débil, contribuiu para o enfraquecimento das lutas no setor universitário.

Para muitos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como um movimento social. No passado, esse trabalho de educação focalizava bastante o processo de alfabetização, e a educação popular também era utilizada como terminologia para indicar esse processo em espaços alternativos, com métodos alternativos ou a pedagogia freiriana voltada para a educação. O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) é também um dos exemplos de um movimento que foi estimulado por políticas públicas implementadas em parceria com a comunidade organizada e assessoria de ONGs.

Um movimento social que data do século XX e ainda persiste em alguns Estados, no Brasil, é o das escolas comunitárias. A seguir, far-se-á uma longa citação retirada da tese de doutorado de Monica Rodrigues Costa, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 2006, pelo

fato de exemplificar a vitalidade desse movimento na atualidade. Monica afirma:

O Movimento das Escolas Comunitárias tem uma origem antiga. O seu surgimento em Recife data de 1942, sob a denominação de “escolas da comunidade”, em razão de um elevado crescimento populacional no período, sendo a oferta de serviços insuficiente para atender a demanda. Estas escolas se espalharam por todo o país. Ao longo dos anos 1980 as “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, basicamente em função do mesmo motivo: o sistema público oficial não consegue absorver as crianças e adolescentes de todas as comunidades, especialmente as periféricas. Seu objetivo não é apenas ser includente, mas desenvolver um trabalho pedagógico que assume a realidade das comunidades como parte do processo ensino-aprendizagem, tendo a experiência das pessoas como base de uma ação transformadora. Em 1986 o movimento das Escolas Comunitárias cria a AEEC, para politizar o debate educativo e lutar pelo reconhecimento das escolas comunitárias como espaço educativo e pela garantia de funcionamento, via acesso a recursos públicos.

A partir dos anos 1990, o movimento prioriza o investimento na qualificação de sua prática, no reconhecimento de seu trabalho pelo Estado, e se afirma como organização que atua no campo da Educação Popular, construindo uma identidade entre as diversas experiências pedagógicas que as escolas comunitárias desenvolvem.

Esta opção político-pedagógica se constitui na partilha de valores sociais e culturais, construindo uma relação entre o senso crítico, a criatividade, a melhoria das condições de vida e do processo ensino-aprendizagem. Aos jovens e adolescentes em início de vida profissional oportuniza o acesso à experiência de trabalho, em

D
O
S
S
I
Ê
T
E
M
Á
T
I
C
O

geral voluntária, que possibilite outros engajamentos: econômico, político e social (COSTA, 2006, p. 12-13 e 14).

Entre 1968 e 2009, os estudantes universitários atuaram e entreviram muitas vezes na cena pública – nos anos 1970, resistindo contra o regime militar (SEMERARO, 1994); em 1984, no “Diretas Já”, e nos anos 1990, como os alegres “caras-pintadas”. Neste novo milênio, o movimento universitário (ME) volta à cena pública, protagonizando outras lutas que articulam questões específicas de seu cotidiano com questões éticas da sociedade brasileira. As primeiras manifestações se refletem nas condições de infraestrutura das universidades: falta de professores, salas, equipamentos, refeitórios e qualidade da comida, bibliotecas desatualizadas; a eterna luta sobre o valor das mensalidades, no caso das instituições particulares; aceitação das carteirinhas da União Nacional dos Estudantes (UNE) em cinemas, teatros etc. As questões éticas, na pauta estudantil desde a era Collor com os “Caras-Pintadas”, tiveram seu ápice em 2008 com a ocupação da Universidade de Brasília (UnB) e a luta pela saída do então reitor, amplamente denunciado na mídia por gastos pessoais ou exagerados com o dinheiro público dos “cartões corporativos”, novo instrumento de viabilização de práticas clientelísticas e ilegais. A greve nas universidades públicas paulistas em 2009, com a ocupação do *campus* da USP por forças policiais, seguida de confrontos – fato que não ocorria desde os anos 1960, é outro registro que aponta para a retomada do movimento dos estudantes.

Questões específicas também têm entrado na pauta das demandas estudantis no Brasil de forma nova, agora articuladas com as políticas nacionais. A questão das cotas para afrodescendentes, populações indígenas e de baixa renda, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e outras políticas denominadas como de “inclusão social” vão mobilizar categorias específicas, em lutas contraditórias do movimento como um todo.

Os estudantes têm participado ativamente dos encontros do Fórum Social Mundial (FSM). As publicações, análises, material visual e relatos das

edições do FSM que ocorreram em Porto Alegre, por exemplo, atestam esse engajamento. A política partidária continuou a ter grande influência na UNE, liderada por mais de uma década por lideranças estudantis ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Em 2007, durante o 50º Congresso da UNE, uma mulher foi eleita sua presidente, é a quarta a dirigir a entidade, que já tem quase 70 anos de existência – um fato histórico relevante na perspectiva da análise de gênero. A nova presidente é aluna de uma instituição particular e filiada ao PC do B. É a 10ª presidente filiada ao PC do B que, desde 1981, controla a entidade.

No campo da educação, no século XXI, entraram em cena novíssimos sujeitos sociopolíticos e culturais, muitos deles institucionais, como as fundações e entidades do Terceiro Setor. Essas entidades foram estimuladas pelas novas diretrizes governamentais, tanto nacionais quanto internacionais, e pelo suporte jurídico que obtiveram no fim dos anos 1990 com a Lei do Voluntariado, ou do Terceiro Setor – que gerou a regulamentação de novas regras para parceria público-privada. Foram estimuladas também pela criação de novos fundos e projetos de apoio à articulação das entidades da sociedade civil e pelas redes públicas de escolas do ensino básico, assim como novos Fóruns e Conferências Nacionais, e pelo Plano Nacional da Educação. Outros estímulos vieram também das linhas de projetos/programas lançadas por entidades de apoio à pesquisa acadêmica. Como se observará a seguir, alguns desses sujeitos passam a falar e a reivindicar o nome de “movimento social” para suas ações. De fato, o conjunto das entidades, associações ou movimentos passaram a atuar em redes, a exemplo das análises de Castells (1996).

4 Considerações finais: os desafios do novo milênio

As lutas e movimentos pela educação, apesar de serem antigos, às vezes, são invisíveis para a maioria da população, tanto que só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Os movimentos sociais sempre têm um

caráter educativo (GOHN, 2009). Usualmente, os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. As demandas são históricas, pois acompanharam o processo e o modelo de desenvolvimento do País, quase sempre voltadas para os interesses da categoria profissional, mas as reivindicações ajudaram a construir as agendas de políticas públicas.

A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como uma das possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença (TOURAIN, 1994; GOHN, 2008b). A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: o de propiciar educação de e com qualidade para todos.

STRUGGLES AND MOVEMENTS FOR EDUCATION IN BRAZIL SINCE 1970

This paper presents the results of a study of struggles and social movements for education in Brazil, since 1970 up to now. The paper has two parts: the first gives historical data of the fights for education in Brazil after 1970. The second part presents one of the subjects of the educational process – the professionals from the basic schools, acting by a syndicate or not. In this article, it is analyzed one of the several possibilities of social movement – that one which fights for education. The historical analysis of fights and social movements for education in Brazil, from 1970 on, in accordance with the Brazilian political situation.

KEY WORDS: Education. Fight for education. Social Movements.

E
C
C
O
S
—
R
E
V
I
S
T
A
C
I
E
N
T
Í
F
I
C
A

Referências

APEOESP. Suplemento Especial. *Jornal da APEOESP*. São Paulo, set. 1997.

_____. Reforma educacional e reforma do estado. Suplemento Especial. *Jornal da APEOESP*. São Paulo, fev./mar. 1999.

CALDART, R. *Educação em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CASTELLS, M. *The raise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.

CATANI, D. B. *Educadores à meia luz*: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficiente do Professorado Público do Estado de São Paulo (1902-1919). São Paulo, Tese (Doutorado em Educação) – FEUSP, 1989.

COSTA, M. R. Tese. (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*, S. Paulo: Dominus, 1966.

GADOTTI, M. *Sindicalismo e educação no Brasil*: a visão dos líderes sindicais. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 1998.

_____. *Estado e sindicalismo docente no Brasil: 20 anos de conflitos*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

GENTILI, P. (org.). *Pedagogia da exclusão*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOHN, M. G. A *Força da Periferia*- A luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1985

_____. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. Ed. São Paulo, Cortez Ed., 2007 a

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais*-Paradigmas clássicos e contemporâneos. 6. Ed. São Paulo, Loyola, 2007 b.

_____. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. 4. Ed. São Paulo: Loyola, 2008 a.

_____. *Educação Não-Formal e cultura política*. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2008 b

_____. *Movimentos Sociais e Educação*, 7. ed., São Paulo: Cortez, 2009

GOMES, M. S.S. O Movimento dos Professores no Estado de São Paulo, Univ. Metodista SP, Dissertação (Mestrado em Educação), 2003.

HEVIA, R. e NUNES, I."Crisis en la relación centralismo descentralizacion educacional en America Latina" in. *Sindicalismo docente, estado y educación en América Latina*. Santiago do Chile, PIIE, 1989

LUGLI, R. S.G. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista) e o movimento de organização dos professores; 1964-1990*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação)– FE-USP, 1997.

OLIVEIRA, L. M. A iconografia como desdobramento da concepção de mundo da comunidade Maxakali. *Congresso e Simpósio Internacional Pedagogia Social*, São Paulo, USP, 2006.

RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro*, Rio, Record, 2000.

ROMANELI, O. *O História da educação no Brasil- 1930-1973*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1988

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SEMERARO, G. *A primavera dos anos 60*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

SOUZA, D.B.; SANTANA, M.A.; e DELIUZ, N. *Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Quartet, 1999

TOURAIN, A. *Crítica à modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1994.

VIANNA, C. *Os Nós do “nós”-Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

VICENTINI, P. P. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério(1930-1964)*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação), FE-USP, 1997.

Recebido em 14 abr. 2009 / aprovado em 20 maio 2009.

Para referenciar este texto

GOHN, M. da G. M. Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970. *EccoS*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan./jun. 2009.